

---

## LEPROSÁRIOS NA AMAZÔNIA: REFLEXÕES ENTRE ARQUEOLOGIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

---

*Rhuan Carlos dos Santos Lopes<sup>1</sup>  
Vera Lúcia Mendes Portal<sup>2</sup>*

### RESUMO

Em função da execução de pesquisas arqueológicas e antropológicas em antigas colônias de internamento de doentes de hanseníase nas cidades de Igarapé-Açu, no Pará, e Iranduba, no Amazonas, o artigo apresenta as convergências entre as memórias e as concepções nativas de patrimônio. Realizado a partir de uma pesquisa acadêmica e de atividades de Educação Patrimonial em um projeto de consultoria, o diálogo ocorreu a partir das narrativas suscitadas entre os diferentes grupos sociais residentes nesses locais. Com isso, caracterizamos as perspectivas dos atuais moradores sobre o passado desses leprosários, ampliando as possibilidades apontadas em outras pesquisas.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Lepra no Brasil, Arqueologia Histórica, Patrimônio Histórico, Memória, Arqueologia Amazônica.

### ABSTRACT

Due to the execution of archaeological and anthropological research in old colonies of hospitalization of leprosy patients in Pará and Amazonas States, the article presents the convergences between the memories and native conceptions of heritage. The dialogue happens from the narratives raised between the different social groups living in these places. With this purpose, we characterized the perspectives of the current residents about the past of these leprosy, expanding the possibilities pointed out in other researches.

**KEYWORDS:** History of Leprosy in Brazil, Historical Archeology, Historical Heritage, Memory, Amazon Archeology.

### RESUMEN

Como consecuencia de la realización de investigaciones arqueológicas y antropológicas en antiguas colonias de internación de personas con la enfermedad de Hansen en los estados de Pará y de Amazonas, el artículo presenta las convergencias entre las memorias y las nociones nativas de patrimonio. El diálogo parte de las narrativas promovidas entre los diferentes grupos sociales residentes en esos lugares. Con esto, caracterizamos las perspectivas de los actuales habitantes respecto al pasado de estos leprosarios, ampliando las posibilidades señaladas en otras investigaciones.

---

<sup>1</sup> Bolsista de Pós-doutorado/CAPES. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rua São Francisco Xavier, n. 524, CEP: 20550-900 – 9º andar, sala 9037, bloco F, Maracanã - Rio de Janeiro (RJ). Endereço eletrônico: [rhuan.c.lopes@gmail.com](mailto:rhuan.c.lopes@gmail.com)

<sup>2</sup> Especialista em Arqueologia. Arqueóloga Autônoma. Rua Carneiro, n. 3, CEP: 66.814-185, Icoaraci - Belém (PA). Endereço eletrônico: [vera.marajo@gmail.com](mailto:vera.marajo@gmail.com)

**PALABRAS CLAVE:** Historia de la Lepra en Brasil, Arqueología Histórica, Patrimonio Histórico, Memoria, Arqueología Amazónica.

## INTRODUÇÃO

Desde 2012, um grupo de pesquisadores vinculados à Universidade Federal do Pará<sup>3</sup>, tem desenvolvido pesquisas nos municípios paraenses Santa Maria do Pará e Igarapé-Açu, ambos no nordeste do estado. Situados, inicialmente, junto às demandas políticas do povo indígena *Tembé/Tenetebara*, também temos dialogado com o moradores não-indígenas da Vila Santo Antônio do Prata. Criada sobre o território *Tembé*, a Vila foi constituída como Núcleo Colonial Indígena, em 1898; após isso, funcionou como Centro Correccional e, em seguida, como Colônia Agrícola de Leprosos. Nesse sentido, as investigações arqueológicas sobre Vila do Prata, como também é conhecida na região, demonstraram as suas particularidades históricas enquanto instituição de controle destinadas aos *Tembé*, aos presos correccionais e aos doentes de hanseníase, entre o fim do século XIX e a década de 1980 (LOPES, 2017).

O contexto histórico da Vila Santo Antônio do Prata, porém, não está isolado no âmbito amazônico. Diferentes instituições de controle social foram criadas no período republicano, destinadas a domesticar comportamentos e controlar corpos: escolas para indígenas ou crianças desvalidas, prisões, hospitais, hospícios, leprosários. Esse é o caso da atual Vila de Paricatuba, situada no município de Iranduba, no estado do Amazonas. Criada ao fim do século XIX, como Hospedaria dos Imigrantes, no local também funcionou uma Escola de Ofícios, uma Casa de Detenção e, por fim, um leprosário (REBOUÇAS, 2013; SCHWEICKARDT, 2017; SCHWEICKARDT e XEREZ, 2015). Em função da atuação dos autores deste artigo em um programa de salvamento arqueológico e Educação Patrimonial<sup>4</sup>, foi possível estabelecer diálogo com parte dos moradores da Vila de

<sup>3</sup> O grupo referido é o “Cidade, Aldeia & Patrimônio”, coordenado pela Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Jane Felipe Beltrão, e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). A pesquisa foi financiada com bolsa de doutorado da CAPES e recursos do CNPq, através de dois projetos (BELTRÃO, 2013; SCHAAN, 2013).

<sup>4</sup> A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do “Programa de resgate arqueológico, monitoramento arqueológico e Educação Patrimonial” executado em função da duplicação da rodovia Manoel Urbano (AM-070, Iranduba - Manacapuru - AM), coordenado pela arqueóloga M.Sc. Ivone Bezerra (2015). Ambos os autores deste capítulo atuaram no projeto de pesquisa entre os meses de outubro de 2015 e fevereiro de 2016.

Paricatuba. Nas atividades de Educação Patrimonial (EP) ouvimos histórias sobre o lugar e pudemos perceber a relação de pertencimento de alguns deles.

Assim, além da trajetória histórica comum – considerando a sucessão de instituições de controle – as Vilas do Prata e Paricatuba possuem um conjunto de vestígios materiais alusivos ao seu passado e provocadores de memórias dos seus moradores atuais. Em ambos os casos, entre os moradores não indígenas, as lembranças referentes ao leprosário são as mais marcantes em suas narrativas. Entre o povo *Tembé/Tenetehara* de Santa Maria do Pará, as alusivas ao leprosário dizem respeito ao afastamento do Prata, em virtude do temor à doença (LOPES, 2017; LOPES e BELTRÃO, 2016).

Em outro trabalho, a partir da aproximação dos conceitos de memória e patrimônio histórico, apresentou-se algumas questões suscitadas nas pesquisas de campo na Vila Santo Antônio do Prata (LOPES e BELTRÃO, 2016). O foco, então, recaiu sobre as concepções de patrimônio histórico referentes a dois grupos submetidos às instituições totais estabelecidas neste lugar: os *Tembé/Tenetehara* e os ex-internos do leprosário. Os primeiros, moradores de aldeias próximas a atual Vila; os segundos, habitantes da mesma. Tendo em vista a proposição de Pesavento (2005), adotamos a perspectiva de que a patrimonialização deva ser pensada no encontro entre as referências ao passado dos sujeitos que habitam o mundo. Considerou-se que, tendo a memória uma dimensão coletiva, ela é narrada a partir das experiências pessoais dos sujeitos, mas também estão estruturadas sobre as percepções de seus pares (HALBWACHS, 2004). Seguindo esta perspectiva, argumentamos que memória tem a força de resgatar diferentes temporalidades acumuladas no espaço (PESAVENTO, 2005).

Trata-se de refletir, a partir dos casos aqui analisados, as formas como as dimensões do tempo e do espaço se articulam na construção de memórias. Como afirma Halbwachs (2004), o espaço sugere as noções de permanência e de estabilidade. É nele que ficam registradas as marcas dos usos e apropriações realizadas pelas pessoas que o habitam. Por outro lado, o tempo carrega consigo a ideia da continuidade. Nesse sentido, as temporalidades carregam as percepções diferentes, já que elas mesmas são dessemelhantes para cada grupo social. Nesse quadro de referências são estabelecidas relações sociais, que evocam o passado e orientam a construção de memórias (HALBWACHS, 2004).

Assim, neste artigo, não pretendemos apresentar os conceitos administrativos – aqueles ligados às instituições de gestão e salvaguarda – de patrimônio histórico. Ao invés disso, debateremos as convergências entre as memórias e as concepções nativas de patrimônio correntes nas Vilas do Prata e Paricatuba. O diálogo ocorre a partir das narrativas, em ambos os casos, sobre os leprosários instalados nesses lugares. Como demonstramos a seguir, os atuais moradores não constituem um agrupamento homogêneo, mas sim um conjunto de diferentes grupos sociais. Desse modo, iremos caracterizar as suas diferentes perspectivas, ampliando as possibilidades apontadas em outro texto (LOPES e BELTRÃO, 2016).

## VILA SANTO ANTÔNIO DO PRATA, PARÁ

Localizada no município de Igarapé-Açu, no nordeste do estado do Pará, a Vila Santo Antônio do Prata chama a atenção tanto em função da trajetória histórica do lugar, quanto pelas estruturas arquitetônicas remanescentes dos seus períodos institucionais. Para um visitante, habituado com a arquitetura vernácula das pequenas vilas do interior da Amazônia, os prédios em estilo renascença (igreja) ou neoclássico (antigo Instituto Feminino), impõem um discurso de suntuosidade e poder, aparentemente deslocados da atual dinâmica da Vila (LOPES, 2017). Ao centro da Vila, esses dois prédios são os elementos arquitetônicos mais antigos do lugar, construídos no início do século XX, durante o funcionamento do Núcleo Colonial Indígena Santo Antônio do Prata. No entanto, o deslocamento das edificações frente ao cotidiano da Vila é apenas aparente. O diálogo com os moradores, que compõe os diversificados grupos sociais do lugar, proporciona o entendimento de diferentes lógicas de apropriação desses espaços.

A Vila do Prata, como também é conhecida, foi fundada em 1898, sobre a aldeia dos Miranha, um grupo pertencente ao povo *Tembé/Tenetehara*. O Núcleo Colonial Indígena Santo Antônio do Prata, administrado por padres Capuchinhos, integrava o projeto de colonização do percurso da estrada de ferro que ligava a capital, Belém, à cidade de Bragança. Constituído por dois Institutos Educacionais destinados às crianças *Tembé* e aos ditos “meninos desvalidos”, no Núcleo também residiam colonos não indígenas. Em 1921, contudo, as escolas do tipo internato e todo o Núcleo cederam lugar a um Centro Correccional, para o qual foram transferidos alguns presos. No ano seguinte, em vista da

criação da política nacional de atenção à hanseníase, ocorreu outra mudança: o Prata passou a ser a primeira Colônia Agrícola de Leprosos do país, tendo seus pavilhões utilizados para abrigar os doentes internados compulsoriamente na instituição. Na década de 1980, o Leprosário encerrou suas atividades, o que permitiu que suas edificações tomassem diferentes usos e/ou entrassem em arruinamento (LOPES, 2017).

Entre 2012 e 2016, inserido em um grupo de pesquisadores, o primeiro autor deste texto desenvolveu pesquisas na Vila do Prata e junto ao povo *Tembé* do município de Santa Maria do Pará. Nas várias etapas de trabalho de campo desenvolvidas na região – uma das quais a segunda autora deste capítulo atuou – foi possível dialogar com interlocutores de diferentes grupos sociais, seja na Vila, seja nas aldeias *Tembé*. Tendo em vista o método etnográfico, e com utilização de entrevistas e observações participantes (ARCE, 2000; CARDOSO, 1986), foi possível caracterizar esses grupos sociais e suas perspectivas acerca do que seja patrimônio cultural. Como demonstraremos a seguir, tais concepções estão estritamente vinculadas às construções de memórias sobre a Vila do Prata.



**Figura 1:** Pavilhão D e Igreja da Vila Santo Antônio do Prata, Igarapé-Açu (PA).  
**Foto:** André Santos (2014).

A princípio, podemos caracterizar ao menos quatro grupos sociais, moradores da Vila ou a ela vinculados: (1) “ex-internos” da Colônia de Leprosos; (2) familiares desses ex-internos, em particular as famílias formadas após o encerramento das atividades médicas da Colônia; (3) os moradores “sadios”, que passaram a residir na Vila a partir da década de 1980; e (4) os *Tembé/Tenetehara* de Santa Maria do Pará, município vizinho à Vila do Prata, com ligações históricas diretas com a localidade.

O primeiro grupo se define como “ex-internos”, categoria utilizada para designar os doentes de hanseníase internados compulsoriamente na Lazaropólis do Prata, entre as décadas de 1920 e 1970. Além deles, outros moradores passaram a residir no lugar na medida em que a Colônia encerrou suas atividades de instituição de controle. Esses últimos são referidos como “sadios” por nunca terem sido portadores da lepra. Por sua vez, entre os interlocutores desta pesquisa, “lepra” continua sendo a designação utilizada para referir-se à doença, tendo em vista sua profundidade temporal e seu peso enquanto estigma social (LOPES e BELTRÃO, 2016).

Os ex-internos, em sua maioria, classificam-se como doentes, mesmo não havendo diagnóstico atual da lepra. Observa-se também, marcada diferenciação na fala dos ex-internos frente aos outros moradores, mesmo sendo estes últimos portadores da hanseníase em algum momento de suas vidas. Os internos eram os que foram habitar no Prata na época do leprosário, com registro de matrícula e prontuário. Hoje eles são 60 pessoas, sendo que 10 deles são residentes na Unidade Especial da Secretaria Executiva de Saúde do Estado do Pará (Sespa). Os outros doentes, por sua vez, são chamados de “egressos”; eles não têm os direitos adquiridos que os internos compulsórios possuem. Essas pessoas iam ao Prata em busca de tratamento, já que o lugar era referência na região. Os ex-internos se definem como construtores do lugar, o que é uma das dimensões do sentimento de pertencimento ao Prata. Por outro lado, os outros moradores são pouco mencionados.

Ao lado desse grupo de pessoas, os moradores que chegaram à Vila após o fechamento das atividades do leprosário constroem representações particulares sobre o passado do lugar. De fato, alguns desses habitantes informam que estavam nos arredores do Prata durante a existência da Colônia de Leprosos, notadamente os que possuíam laços de parentesco com os internos, seja por casamento, seja por filiação. Há um caso singular nesse sentido: uma filha de internos, separada dos pais no dia do nascimento. Miriam,

então, foi levada para o Educandário Eunice Weaver, em Belém, onde viveu até os 13 anos de idade<sup>5</sup>. Segundo a interlocutora, sua volta ao Prata ocorreu antes mesmo da década de 1980. No entanto, ela vivia nos arredores da Vila. Após a abertura do Prata aos sadios, Miriam casou-se duas vezes com ex-internos.

Outros moradores, no entanto, não possuem relações de parentesco com os ex-internos. Para essas pessoas, os doentes de hanseníase são um grupo circunscrito e distanciado. Em geral, a história do Prata é descrita a partir da existência dos doentes, situados nos espaços construídos na antiga Colônia. Para todos esses grupos de moradores, o passado da Vila é descrito também a partir do cuidado que os prédios recebiam, o que está associado com a atenção às necessidades dos doentes internados. Como debatemos em outro texto, é nesse contexto que emerge o sentido de preservação dos prédios dos educandários/pavilhões, a Igreja de Santo Antônio, e tantas outras construções definidas como “históricas” pelos moradores da Vila (LOPES e BELTRÃO, 2016). Jó, um dos ex-internos vivos mais antigos, reflete sobre a situação atual do Prata, afirma veementemente que “nossa Colônia está em uma situação de miséria”. A fala do ex-interno diz respeito ao fechamento da antiga Colônia de leprosos, o que implica na mudança de postura do Estado quanto aos subsídios que a instituição recebia. Para Jó, no “tempo da lepra” a organização do Prata era melhor, havia ordem, “muita fartura” e, destaca, os prédios eram bem cuidados.

Por outro lado, esses grupos de pessoas também referem ao passado classificado a partir da “dor e sofrimento”. Histórias sobre práticas de cura à lepra, pautadas na ingestão de fígado humano, circulavam no entorno da Vila, provocando medo e afastamento nos moradores. Como conta Maria Cassiano, uma das lideranças tradicionais do povo *Tembé* de Santa Maria do Pará, dizia-se que alguns internos saíam durante a noite à “caça dos moradores” para “tirar seus fígados”. João Braz, tio de Maria, após ter visto um corpo com o tórax aberto, depositado na mata e ao lado do rio, deixou de caçar à noite, perdendo um dos sustentos de sua família. Nos cursos d’água era possível ver “pedaços de gente”, inviabilizando a pesca. Por fim, assustado com o temor gerado pela visão comprobatória das histórias emanadas do lugar onde cresceu, resolveu deixar seu lote “e saiu às pressas, sem levar nada”, como conta a Capitoa (LOPES, 2017; LOPES e BELTRÃO, 2016).

<sup>5</sup> Para resguardar as identidades dos ex-internos interlocutores, seus nomes foram trocados, bem como algumas narrativas foram cruzadas, tendo em vista os estigmas que os afetam cotidianamente. As denominações fazem referência a personagens bíblicos, tendo em vista a associação entre lepra e passagens bíblicas, efetuada pelos ex-internos ao longo das entrevistas.

Tais histórias dizem respeito às representações sobre a lepra e continuam a ser evocadas quando se fala da Vila do Prata. Os atuais moradores pouco falam sobre os indígenas que lá viveram até o início do século XX. Em junho de 2015, durante uma das etapas do trabalho de campo referente à tese de doutoramento do primeiro autor deste texto, apresentamos o projeto de pesquisa em duas escolas da Vila<sup>6</sup>. O objetivo era estabelecer diálogo com outra parte da comunidade, considerando duas necessidades: justificar a presença de equipes de pesquisadores circulando no local; e para sondarmos as perspectivas dos estudantes e profissionais das escolas acerca da história da Vila do Prata. O contato com os alunos e com o corpo técnico das instituições de ensino proporcionou a confrontação com as tensões sobre o passado do lugar, notadamente no que diz respeito à associação do Prata com a instituição asilar destinada aos leprosos.

Nas duas escolas, uma de ensino fundamental e outra de ensino médio, os alunos informam que a Vila do Prata foi construída na década de 1920, ignorando, portanto, a existência anterior da aldeia *Tembé* e do Núcleo Colonial Indígena. Quando questionamos uma das coordenadoras da escola sobre as atividades ligadas à construção da história do lugar, ouvimos que os alunos preferem não se dedicar ao assunto, posto que seja algo “muito triste” e “cheio de sofrimento” dos internos doentes. Por essa razão, apenas uma atividade sobre o “patrimônio histórico do Prata” foi desenvolvida na escola, mas não houve prosseguimento. Os alunos, por outro lado, preferem desenvolver atividades festivas, tais como os concursos de Miss Caipira durante as festas juninas.

Contudo, não falar acerca do “passado de sofrimento” da Vila não é a única maneira adotada pelos moradores para tentar construir uma representação não ligada à lepra. No início dos anos 2000, ocorreu um plebiscito na Vila, com vistas à mudança da denominação do lugar. Ainda conhecida nos municípios da região como Colônia do Prata, pretendia-se que o lugar fosse referido apenas como Vila Santo Antônio do Prata. A justificativa seria a carga de pré-conceito da denominação “Colônia do Prata”. Segundo o argumento, “falar em Colônia do Prata é falar da lepra, do sofrimento que tinha aqui”, como conta nosso interlocutor Moisés, também um dos filhos de ex-internos.

<sup>6</sup> Tendo em vista os preconceitos de origem relatados pelos estudantes e outros moradores, resolvemos não citar os nomes das escolas ou dos/as alunos/as e técnicos/as educacionais. Os interlocutores relatam que costumam sofrer discriminação, nas vilas e cidades do entorno, no momento em que informam seus locais de moradia.



Um dos ex-internos explica a preocupação dos moradores em evitar as evocações ao passado da Vila. Arão diz que “até hoje nós sofremos pré-conceito!”. Segundo ele, mesmo nos dias atuais, quando alguém se apresenta como morador do Prata, imediatamente é associado aos doentes de outrora. Seus filhos, inclusive, perderam oportunidades de emprego em outros municípios por situarem seus locais de origem.

É possível, portanto, que o arruinamento dos prédios da Vila do Prata esteja também associado a esse contexto de construção de representações sobre o passado do lugar. A reclamação, de parte significativa dos moradores, sobre o descaso governamental para com o lugar é sempre associada ao arruinamento dos prédios. Por outro lado, é corrente entre os seus habitantes, particularmente os que passaram a residir depois de 1980, a tentativa de afastar-se do passado de “sofrimento” e, ao mesmo tempo, da associação às representações pejorativas sobre a lepra.



**Figura 2:** Vista interna do Pavilhão D e seu estado de arruinamento, Vila Santo Antônio do Prata, Igarapé-Açu (PA).

**Foto:** Rhuan Carlos Lopes (2012).

Atualmente, a Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT), desenvolve estudos que fundamentarão o tombamento a nível estadual da Vila Santo Antônio do Prata. Apesar de possuímos escassas informações sobre esse processo, deduzimos que seu desdobramento pode gerar situações particulares acerca da construção de memórias sobre o Prata e sobre os usos dos prédios. Em julho de 2014, um vereador local, que se apresenta como principal interlocutor junto à SECULT, iniciou a transformação de um dos pavilhões do antigo leprosário em Sala de Jogos. Uma das salas térreas foi limpa, retirando-se o lixo e entulho espalhados no chão. Porém, meses depois a iniciativa foi encerrada e o edifício continuou a ser utilizado como espaço para uso de drogas, práticas sexuais e depósito de lixo. Algumas poucas crianças brincam nas janelas da porção leste do prédio, voltado para uma rua movimentada. São essas crianças que também chamam o local de perigoso e no qual se faz “saliência”, uma alusão às atividades praticadas pelos jovens e adultos nas partes mais escondidas do velho pavilhão.

## VILA DE PARICATUBA, AMAZONAS

Localizada às margens do Rio Negro, a Vila de Paricatuba começou a ser erguida a partir da construção de um prédio destinado à Hospedaria dos Imigrantes, em fins do século XIX, no contexto econômico da exploração da borracha na Amazônia. Relativamente distante da cidade de Manaus, considerando seu acesso pela via fluvial, na hospedaria residiriam os imigrantes por um período de quarentena, até que os mesmos fossem destinados aos seus locais de moradia. Poucos anos mais tarde, o prédio foi transformado em Escola de Ofícios, destinados a meninos pobres. Entre 1916 e 1924, o lugar foi destinado à reclusão de detentos da Casa de Detenção de Manaus. A partir de então, Paricatuba foi escolhida para sediar um leprosário, com funcionamento até o ano de 1962, quando uma nova instituição foi inaugurada em Manaus (REBOUÇAS, 2013; SCHWEICKARDT, 2017).

Como outras cidades amazônicas, Paricatuba está situada sobre um antigo assentamento indígena. Pesquisas arqueológicas localizaram vestígios pré-coloniais, além de indicativos de pequenas estruturas de montículos, definindo o espaço da Vila como sítio arqueológico (AM-IR-05). Neste local, porém, destacam-se os elementos arquitetônicos da

ocupação histórica, a partir do século XIX. Edificações remontam às instituições educacional, centro prisional e leprosário, que se sucederam até o século XX (GUIMARÃES, 2012; REBOUÇAS, 2013).

Em função dos trabalhos de salvamento arqueológico da Rodovia Manoel Urbano (AM-070), que liga as cidades de Manaus, Iranduba e Manacapuru, foram desenvolvidas atividades de Educação Patrimonial junto às escolas e associações de moradores ao longo da área afetada pelo empreendimento (BEZERRA, 2015). Na Vila de Paricatuba, em particular, as atividades geraram debates significativos.

Ainda sob os pressupostos da Portaria nº. 230/2002, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), as atividades em Paricatuba tiveram em vista tanto as ações de Educação Patrimonial, quanto a divulgação do conhecimento científico produzido ao longo das pesquisas do licenciamento da rodovia (BEZERRA, 2015). Para isso, utilizamos pressupostos teóricos atinentes à transdisciplinaridade necessária às ações de Educação Patrimonial, e ao contexto social no qual as pesquisas estiveram associadas. Apesar do trabalho estar condicionado pela atuação em um projeto de arqueologia preventiva, nosso esforço foi de superar as supostas dicotomias entre este ramo da ciência e a dita arqueologia acadêmica (CARNEIRO, 2009).

Assim, tal como na pesquisa realizada na Vila Santo Antônio do Prata, nossa intenção era caracterizar as noções nativas de patrimônio, ao invés de propor algum tipo de alfabetização cultural aos participantes das atividades em questão (CARNEIRO, 2009). No caso da Amazônia, diferentes pesquisas centradas na análise da relação entre pessoas e coisas têm demonstrado as particularidades da região. Trata-se de pensar que há sentidos contemporâneos que, de diferentes maneiras, incorporam memórias constituídas em processos de longa duração da ocupação humana (BEZERRA, 2011; LOPES, 2011; SCHAAN e MARQUES, 2012; SILVEIRA e BEZERRA, 2012), tal como demonstraremos a seguir.

Centramos o processo na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Cícero Monteiro, com turmas do ensino fundamental. Na primeira fase, efetuamos palestras com os discentes e docentes; após isso, a proposta era aplicar atividades práticas com estes mesmos alunos. Entre os meses de novembro de 2015 e fevereiro de 2016, apresentamos o contexto do trabalho de salvamento arqueológico, os conceitos de

arqueologia e buscamos caracterizar as perspectivas dos moradores sobre patrimônio cultural. A palestra, intitulada “Programa de Resgate Arqueológico, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial para a Duplicação da Rodovia Manoel Urbano (AM 070 – Iranduba – Manacapuru – Amazonas)”, abordou os conceitos básicos de Arqueologia e Patrimônio, cujo objetivo foi promover o reconhecimento do patrimônio arqueológico local e outros patrimônios culturais, materiais e imateriais, fomentando ações de valorização e preservação dos bens culturais da região. Foram exibidas imagens de vestígios cerâmicos e líticos coletados no sítio Acreano (AM-IR-18), objeto de salvamento arqueológico no contexto da duplicação da rodovia AM-070. Isto despertou a curiosidade dos alunos, apesar de poucos relataram já ter conhecimento sobre Arqueologia.



**Figura 3:** Vista das ruínas de Paricatuba, Vila de Paricatuba, Iranduba (AM).

**Foto:** Vera Mendes Portal (2015).

Uma das professoras da escola, Nora Ney, que acompanhava a turma, mencionou que talvez os alunos já tivessem visto muitos destes artefatos, mas desconheciam o conceito de Arqueologia. Outras imagens exibidas foram das ruínas de Paricatuba, além de outros prédios antigos e edificações do município, o que promoveu a identificação do público e o reconhecimento destes locais como patrimônios passíveis de serem

preservados devido a sua importância para a História local. Foi possível notar que as crianças conhecem os locais tidos como historicamente relevantes do município e reconhecem a necessidade de sua salvaguarda. Os alunos gostam de brincar nesses espaços, demonstram afeto pelo lugar e conhecem sua história a partir das narrativas de seus avôs. Um deles comentou que tem vontade de produzir um filme com “história de polícia a ladrão”, e ao ser questionado o porquê da escolha das ruínas como cenário do seu filme, ele respondeu afirmou que “o lugar [possui] muitas histórias”.

Após a palestra, os alunos foram orientados a participar da atividade intitulada “Quem conta um conto, inventa um ponto”, cujos resultados seriam apresentados no dia posterior. Após discutir sobre as temáticas de Arqueologia, Memória e Patrimônio, quando foi ressaltada a importância do conhecimento repassado de geração para geração, a turma foi dividida em quatro grupos para os quais foi solicitado que pesquisassem junto aos familiares idosos dados a respeito da história da Vila de Paricatuba. Os recursos sugeridos para a apresentação dos resultados foram os mais diversos, tais como textos, desenhos, fotografias, e até mesmo a presença de um familiar para relatar oralmente seus testemunhos. O objetivo desta atividade é estimular os alunos a ouvirem as narrativas das pessoas mais idosas da comunidade, reconhecendo-os enquanto (re)produtores da cultura local, assim como valorizar as diversas fontes de conhecimento da história da Vila, tornando os alunos agentes da produção deste conhecimento.

Divididos em grupos, então, os discentes apresentaram o resultado de suas pesquisas. O primeiro grupo apresentou seu trabalho com o auxílio de textos e a de recortes de gravuras. Expuseram informações a respeito do passado da Vila de Paricatuba e as suas ruínas, sendo que uma de suas integrantes apresentou os dados da entrevista realizada com sua avó. Esta testemunhou que, antigamente, o prédio hoje em ruínas havia sido utilizado para várias funções e que era “muito bonito”. Quando o lugar funcionou como leprosário, a senhora trabalhou no local auxiliando na limpeza e nos curativos dos doentes, havendo em sua fala o pesar pelo grande sofrimento das pessoas que ali foram internadas.



**Figura 4:** Atividade de Educação Patrimonial junto às ruínas de Paricatuba, Vila de Paricatuba, Iranduba (AM).

**Foto:** Vera Mendes Portal (2015).

A apresentação do segundo grupo ocorreu por meio da exposição de um texto, com informações que os alunos já sabiam sobre a história da Vila, além de entrevista realizada com o avô de um de seus integrantes. Este velho morador informou a respeito de vários

prédios hoje em ruínas, mas que funcionavam como necrotério, gerador, escolas, etc. Foram utilizadas ainda imagens que faziam referência às ruínas de Paricatuba, ao necrotério e gerador de energia. Relataram que a mãe de um dos alunos havia frequentado o prédio quando este funcionava como escola e que os estudantes desobedientes sofriam castigos impostos pelos professores.

Já o terceiro grupo apresentou um pequeno texto com informações sobre a Vila coletadas em livros de referência, além de uma entrevista realizada com a avó de uma das alunas. Esta relatou que quando o prédio das ruínas funcionava como hospital só “havia doido” ali. O quarto grupo também apresentou um texto escrito e os dados de uma entrevista realizada com a professora que acompanhava a turma. Esta interveio durante a exposição dos alunos, afirmando que antigamente havia relatos sobre a existência de Mula sem cabeça, Mulher-Porca e Mulher de Branco. A própria professora relatou que, quando era garota (12 anos), havia ficado sozinha em casa num final de tarde, pois sua mãe havia ido à igreja. Como não havia ainda energia elétrica na Vila, ela acendeu velas que subitamente apagaram. Por sentir medo, resolveu ir ao encontro da mãe, mas no caminho sentiu que era perseguida por uma porca. Apavorada, correu pela estrada de terra e sofreu algumas quedas que lhe renderam machucados nos braços e pernas, mesmo assim conseguiu chegar à igreja, ainda que ensanguentada. Dessa forma, passou a acreditar na lenda que dava conta da mulher que se transformava em porca.

De modo geral, os objetivos da atividade foram parcialmente alcançados, pois se esperava que os alunos dessem mais ênfase aos relatos orais de seus familiares, porém, prevaleceu a pesquisa realizada em livros e na Internet. A nenhum dos grupos foi possível levar à sala de aula uma pessoa experiente e sabedora da História local para relatar aos demais alunos os conhecimentos que adquiriram com a vida. Após a apresentação dos grupos, a equipe de Educação Patrimonial estimulou o debate acerca da oralidade como forma de reprodução dos saberes de geração em geração, daí a relevância de se ouvir as histórias contadas pelos mais idosos.

## CONSIDERAÇÕES PARCIAIS SOBRE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E A MEMÓRIA SOBRE AS INSTITUIÇÕES TOTAIS

Santo Antônio do Prata, no Pará, e Paricatuba, no Amazonas, apresentam convergências quanto às suas origens históricas: em ambas houve o estabelecimento de instituições de controle, destinadas a grupos sociais marginalizados. Assim, há uma característica comum às sequências institucionais dessas Vilas: a reunião por longos períodos de significativo número de indivíduos de mesma situação social, formalmente administrados na totalidade de suas vidas. Tais atributos podem caracterizá-las instituições totais, tendo em vista serem elas locais de conjugação de residência e trabalho, definidos pelo controle de espaço e cotidiano (GOFFMAN, 1974). Nessas instituições ocorria o exercício de poder ensejado no investimento político no corpo, com imbricação de violência e ideologia (FOUCAULT, 1977).

Nas pesquisas sobre a Vila paraense, a partir de dados históricos e arqueológicos, foi demonstrado que a sua conformação pode ser descrita pela sucessão de instituições construídas para implementar as políticas de Estado, ora direcionadas aos *Tembé*, ora a outros grupos marginalizados, indesejados ao convívio social, tais como os doentes de hanseníase. Segundo o primeiro autor deste capítulo, a infraestrutura material do Prata foi constituída enquanto tecnologia de poder sobre os corpos dos grupos a ela submetidos, com objetivos de políticas de Estado que tinham como pressuposto o binômio exclusão e reclusão (LOPES, 2017).

Essa tese deve ser verificada dentro das especificidades de Paricatuba, tendo em vistas futuras pesquisas arqueológicas. No entanto, o seu potencial fica claro frente às características apresentadas e, também, pelas narrativas dos atuais moradores, expostas anteriormente. Nesse sentido, são justamente as informações orais de ambas as Vilas, aqui apresentadas, que informam sobre as memórias construídas a partir de instituições criadas para exclusão de grupos sociais ditos indesejáveis.

No Prata, pode-se verificar a permanência das representações sobre a lepra condicionando as construções de memória dos moradores. Já em Paricatuba, o estigma da doença não parece prevalecer, ao menos aparentemente. Por certo, os grupos de alunos e professores que participaram das atividades de Educação Patrimonial não possuem



ligações diretas com os antigos internos. Além disso, o encerramento das atividades do leprosário, na década de 1960, cria um significativo lapso temporal entre os possíveis ex-internos e a população posterior. Desse modo, a comunidade escolar que nos foi interlocutora situa-se como um grupo social não afetado diretamente pelo estigma da hanseníase, associado à Vila de Paricatuba. Aliás, para um visitante que busca informações sobre a Vila, o dado sobre o passado de instituição total toma pouca ênfase, diante da descrição da beleza das suas ruínas e, principalmente, dos seus aspectos naturais (praias, rios, etc.).

Nesse sentido, as ruínas de Paricatuba evocam o tempo de sofrimento dos internos (leprosos), o controle sobre os corpos outrora internados (castigo aos alunos desobedientes), as consequências do internamento compulsório (enlouquecimento), ou ainda a beleza dos prédios (quase sempre situada no passado). Esses elementos também estão presentes nas falas dos moradores da Vila do Prata, independente do seu grupo social. De maneira geral, o passado do lugar está associado às suas belezas arquitetônicas e ao controle rigoroso; por outro lado, no presente fala-se das ruínas e do descaso do Estado com a população local.

Em Paricatuba os espaços arruinados são utilizados para atividades de lazer de forma cotidiana e por diferentes faixas etárias. Ao contrário da Vila do Prata, onde as ruínas são espaços do exercício do que é tido como marginal ou impróprio para o local, em Paricatuba tais lugares apresentam um fluxo constante de pessoas, sejam elas moradores ou turistas. Em Paricatuba, as ruínas também evocam os seres sobrenaturais, presentes nas narrativas das quais os mesmos se inserem como protagonistas. Esse é o caso das histórias sobre a Mula sem cabeça, Mulher-Porca ou Mulher de Branco.

As pesquisas sobre a relação entre populações contemporâneas e vestígios materiais, constituídos processualmente no passado, têm demonstrado que as memórias elaboradas no presente estão conectadas a um processo de longa duração, nas quais a trajetória histórica é revivida e ressignificada (BEZERRA, 2011; LOPES, 2011; SCHAAN e MARQUES, 2012; SILVEIRA e BEZERRA, 2012). Neste texto, porém, elaboramos outro esforço para entendermos a particularidade das representações sobre instituições totais criadas no contexto de construção da república brasileira. Situações de patrimonialização de antigos espaços de controle social, no Brasil e em outros países, têm utilizado o

argumento da manutenção de uma memória que permita a não repetição das situações de exclusão e afronta à condição humana (ZANIRATO, 2016).

Sem dúvida, é salutar a elevação de tais espaços ao *status* de patrimônio – histórico, artístico e/ou arqueológico – tendo em vista a construção de consciência histórica. Por outro lado, como argumentamos em outro trabalho, são as perspectivas nativas que sugerem quais memórias são configuradas e reconfiguradas na construção de uma, ou múltiplas, perspectivas de memória. Como demonstramos nesse artigo, são as experiências dos grupos sociais que garantem sentidos particulares aos antigos leprosários amazônicos. A exigência por atenção por parte do Estado e luta contra preconceitos parece ser uma das exigências subjacentes a essas memórias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCE, R. S. La entrevista en el trabajo de campo. **Revista de Antropología Social**, v. 9, pp. 105-126, 2000.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Antropologias em histórias Tembé/Tenetehara “em suspenso”. Pertencas ocultas e “etnogêneses” identitárias como faces de etnocídio “cordial” no rio Guamá (PA)**. Projeto de pesquisa/CNPq/Processo nº. 472303/2013-9. Belém: Universidade Federal do Pará 2013.

BEZERRA, I. A. Programa de resgate arqueológico, monitoramento arqueológico e Educação Patrimonial, AM-070, Iranduba-Manacapuru, 2015.

BEZERRA, M. ‘As moedas dos índios’: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 6, n.1, p. 57-70, 2011.

Cardoso, R. As aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método, in *A aventura antropológica*. Editado por R. Cardos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 95-105.

CARNEIRO, C. G. Análise de Ações Educativas relativas a Programas de Resgate Arqueológico. 2009. Tese (Doutorado) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1977.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

GUIMARÃES, Adriana Meinking. **Aproveitamento turístico do patrimônio arqueológico do município de Iranduba, Amazonas**. 2012. (Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

LOPES, Rhuan Carlos dos Santos. **Tempos, espaços e cultura material na Vila Santo Antônio do Prata, Pará** – Arqueologia em uma instituição total amazônica. 2017. (Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

LOPES, Rhuan Carlos dos Santos. “Indigitado estrupício”: arqueologia e significados acerca do muro do Forte do Presépio (Belém, PA). **Amazonica**, v. 3, n. 2, pp. 370-390, 2011.

LOPES, R. dos S.; BELTRÃO, J. F. Patrimônio histórico e memória social: entre indígenas e ex-internos na Vila Santo Antônio do Prata, Amazônia brasileira. **ContraCorrente**, Revista de Estudos Literários e da Cultura, v. 9, n. 9, p. 1-15, 2016.

PESAVENTO, S. J. Cidade, Espaço e Tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ**, v. VII, n. 4, p. 9-17, 2005.

REBOUÇAS, João Queiroz. **Paricatuba: um monumento arqueológico de caráter histórico**. 2013. (Monografia de Graduação. Faculdade Arqueologia) - Universidade do Estado do Amazonas, Iranduba, 2013.

SCHAAN, Denise Pahl. **Tempos, espaços e cultura material na Colônia Santo Antônio do Prata: Arqueologia Tembé/Tenetehara**. Projeto de pesquisa/CNPq/Processo nº. 409284/2013-0. Belém: Universidade Federal do Pará. 2013.

SCHAAN, D. P.; MARQUES, F. L. T. Porque não um filho de Joanes? Arqueologia e comunidades locais em Joanes, Ilha de Marajó. **Revista de Arqueologia**, v.25, n. 1, pp. 108-123, 2012.

SCHWEICKARDT, J. C. A história da política de controle da hanseníase no Estado do Amazonas. In: SCHWEICKARDT, J. C. *et al* (Ed.). **História e política pública de saúde**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017. p.73-103.

SCHWEICKARDT, J. C.; XEREZ, L. M. D. hanseníase no Amazonas: política e institucionalização de uma doença. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, v. 22, n. 4, p. 1141-1156, 2015.

SILVEIRA, F. L. da; BEZERRA, M. Paisagens fantásticas na Amazonia: entre as ruínas, as coisas e as memórias na Vila de Joanes, Ilha do Marajó. In: MAUÉS, R. H.; MACIEL, M. E. **Diálogos antropológicos: diversidades, patrimônios, memórias**. Belém: L&A Ed., 2012, pp. 119-149.

ZANIRATO, S. H. Sombrias memórias no patrimônio cultural protegido. **Memória em rede**, v.8. n.15, pp.22-39, 2016.